

Prefeitura negocia aporte emergencial à Maternidade para reativação de leitos de UTI

Ronnie Romanini
ronnie.filho@rac.com.br

CRISE NA MATERNIDADE

O Hospital Maternidade de Campinas está em tratativas com a Secretaria de Saúde para conseguir uma verba emergencial, que teria a finalidade de colaborar para a contratação de mais funcionários - algo que vem sendo difícil para a administração do hospital, devido à alta especialização exigida, para além das dificuldades financeiras enfrentadas atualmente. O preenchimento de duas vagas de médicos com especialização em Neonatologia para os plantões diários na escala de horizontalistas seria essencial para reverter a interdição parcial sofrida pela Maternidade. A Prefeitura publicou no Diário Oficial de quinta-feira (23) a decisão do Setor de Vigilância Sanitária de Serviços Relacionados à Saúde, do Departamento de Vigilância em Saúde (Devisa), mas a interdição está em vigor desde o dia 17 de fevereiro.

Há um enorme déficit de especialistas na área de Neonatologia

A Administração municipal confirmou a negociação para um aumento do aporte em caráter emergencial para suprir o déficit de profissionais, motivo da interdição.

O presidente da Maternidade, Marcos Miele da Ponte, explicou que, embora o aporte seja importante, ele, sozinho, não garante que o problema será resolvido. A instituição tenta há algum tempo contratar os profissionais que faltam, porém, a concorrência entre hospitais é grande e não há muitos especialistas disponíveis.

"A Secretaria está tentando viabilizar esse aporte financeiro para tentar colocar esses dois médicos a mais, mas não se trata apenas de recursos financeiros. Esse tipo de profissional é super especializado e difícil de encontrar no mercado. A Maternidade está buscando contratar, colocando anúncios, divulgando em redes sociais... há um grande esforço para isso, mas não consigo contratar esses dois médicos. Estou tentando gerenciar a questão junto à própria equipe, para que ela se desdobre e possa cumprir a escala assim que houver esse aporte do poder público."

O presidente da Maternidade explicou que a Secretaria de Saúde está sensível à questão, tentando auxiliar com a transferência de alguns bebês para o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas o Centro também passa por uma reforma, o que ajuda a sobrecarregar os leitos municipais.

"Hoje (ontem) tive uma conversa com o secretário de Saúde e estamos tentando viabilizar uma verba específica para tentar colocar esses dois médicos a mais e um fisioterapeuta. Seria uma verba emergencial da Pasta. Estamos tentando viabilizar isso, a fim de

Prefeitura e hospital negociam verba para novas contratações

Aquisição de dois médicos especializados é essencial para reverter a interdição de leitos



Entrada do hospital são realizados cerca de 750 partos/mês, dos quais 60% pelo SUS, além de 7 mil atendimentos a gestantes e recém-nascidos

cumprir a exigência da vigilância para que a maternidade volte a operar normalmente dentro da sua unidade de internação - desafiando o sistema público."

Intervenção

A razão da interdição foi o número insuficiente de profissionais para atendimento dos bebês, situação identificada que gerou autos de infração para a entidade desde o final de 2022, deixando a unidade autorizada a funcionar com apenas 20 leitos, 16 a menos do que a capacidade cadastrada. "A Maternidade foi notificada pela vigilância no final do ano passado, por conta da falta de dois médicos horizontalistas. Disponho de 36 leitos cadastrados, porém o hospital trabalha acima da capacidade, com leitos de retaguarda. A capacidade constantemente está acima do que temos regulamentado."

Quando ocorreram as autuações, haviam 39 recém-nascidos internados na unidade.

Na última sexta-feira (24), em nota, a Maternidade informou ter sido surpreendida ao receber mais um auto de infração por manter 31 bebês internados na UTI, mesmo com a interdição dos leitos. De acordo com o presidente da instituição, a infração à regulamentação aconteceu, mas por uma situação paradoxal e não exclusiva da Maternidade. Isso



Presidente da Maternidade, Marcos Miele da Ponte: ajustes necessários

porque não houve a transferência de todos os bebês que excedem os 20 leitos permitidos, o que seria uma responsabilidade do poder público. "Por princípio ético, moral e legal, a Maternidade nunca vai deixar de atender a uma gestante", explicou Miele da Ponte.

Também faltam vagas nos outros hospitais que estão com as UTIs Neonatal sobrecarregadas. Ontem, ainda havia pelo menos 6 recém-nascidos que precisavam ser transferidos para a Maternidade se adequar ao número de leitos

permitidos no momento.

"O problema foi que a Vigilância autuou a instituição dentro da regulamentação, mas não considerou ou se sensibilizou com o tratamento dos recém-nascidos que estão aqui."

Miele informou que vai recorrer justamente por essa questão. "Os pacientes estão na Cross [Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde], não existe vaga e continuam chegando gestantes ao nosso pronto-atendimento. O Poder Público teria de transferir para outra instituição da ci-

presa com essa associação. Ontem, Miele da Ponte explicou que a morte do terceiro bebê não tem relação com o surto do início de fevereiro e que a criança sequer teve diarreia. "Esse óbito foi de uma criança por prematuridade extrema. Um menininho prematuro, que pesava cerca de 800g, e que faleceu por complicações da própria prematuridade. Não teve qualquer relação com o surto. Foi um alarmismo que nos atrapalhou bastante."

Segundo os dados apresentados pelo presidente, mesmo com as três mortes de bebês que repercutiram, o índice de óbitos ainda é muito baixo na Maternidade, cerca de cinco a cada 1 mil nascimentos. Na comparação com os dois anos anteriores, os primeiros dois meses de 2023 acumularam menos óbitos. Foram 10 até o momento. Em 2022, 12 bebês faleceram no mesmo período e em 2021 foram 14 óbitos.

"Se você comparar com a mortalidade infantil no Estado de São Paulo [em 2020 estava em 9,75 óbitos de menores de um ano a cada mil nascidos vivos], é um índice muito baixo. E são bebês sensíveis, a pior faixa etária para mortalidade. Esse índice é dos menores que existem no país."

Mesmo diante da crise financeira que motivou um pedido de recuperação judicial por parte da Maternidade, Miele da Ponte avalia que a operação do hospital melhorou em 2022 e está equilibrada, considerando-se o valor financeiro dos serviços vendidos e dos serviços tomados. Porém, aponta que o pedido de recuperação se justifica pelo fato de a dívida acumulada durante os anos anteriores ainda ser muito grande. Segundo ele, a questão orçamentária interna equilibrada resulta em um otimismo em relação à não insolvência da Maternidade.

O hospital realiza cerca de 750 partos por mês, dos quais 60% pelo SUS. São mais de 7 mil atendimentos mensais considerando consultas e outras assistências prestadas às gestantes, mães e recém-nascidos. Como descreveu o presidente da Maternidade, "Campinas acaba nascendo aqui".

"A Maternidade tem um papel social muito relevante. Ela tem uma história muito bonita e grande na cidade. Todos os campineiros, mesmo quando não nasceu aqui, já ouviram falar do hospital, ele é extremamente importante. Mais da metade da cidade nasceu aqui, é muita coisa, uma relevância social enorme".

A Maternidade se disse sur-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 6